

O SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS DA CIDADE DE SÃO PAULO E O TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO: A BUSCA POR UMA UNIFORMIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO

Denise Mancera Salgado¹, Raquel da Silva Oliveira²

¹Especialista, Secretaria Municipal de Cultura/Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas, São Paulo, SP

²Especialista, Secretaria Municipal de Cultura/Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas, São Paulo, SP

Resumo

A Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas - CSMB da Secretaria Municipal de Cultura - SMC da Prefeitura da Cidade de São Paulo originou-se em 2005 após a unificação do antigo Departamento de Bibliotecas Públicas - BP e do Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis – BIJ. Apesar dos dois Departamentos seguirem padrões internacionais de representação descritiva e temática e usarem o mesmo banco de dados, o processo de catalogação dos documentos seguia critérios e tabelas distintas. Com a adoção de diferentes padrões, os Departamentos criaram diferentes números de classificação, cabeçalhos de assunto e notação de autor. Após a criação da CSMB, várias medidas e decisões técnicas foram adotadas para padronizar o tratamento da informação, sendo estabelecido o uso de tabelas únicas. Por meio de um levantamento das ações necessárias para a uniformização dos documentos, foi estabelecida uma metodologia de processos técnicos para a atualização e correção dos registros.

Palavras-Chave:

Catalogação; Padrões; Processos técnicos de Bibliotecas; Bibliotecas Públicas

Abstract

The Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas - CSMB da Secretaria Municipal de Cultura - SMC da Prefeitura da Cidade de São Paulo originated in 2005 after the unification of the former Departamento de Bibliotecas Públicas - BP and the Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis – BIJ. Although the two Departments do follow international standards of descriptive and thematic representation and use the same database, the process of cataloging the documents followed different criteria and tables. With the adoption of different standards, the Departments have established different classification numbers, subject headings and author notation. After creating the CSMB, various measures and technical decisions were adopted to standardize the processing of information, being established using tables only. Through a survey of the actions necessary for the standardization of documents, a methodology of technical process was established for the update and correction of documents.

Keywords:

Cataloguing; Standards; Library technical process; Library catalogs; Public libraries.

1 O SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS

O presente trabalho visa relatar a experiência do Sistema Municipal de Bibliotecas – SMB quanto a unificação de dados e procedimentos na catalogação dos acervos das bibliotecas municipais da Cidade de São Paulo.

O SMB está vinculado à Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da Cidade de São Paulo - SMC. As origens do Sistema Municipal de Bibliotecas remontam à época da criação da Biblioteca Pública Municipal - atual Biblioteca Mário de Andrade em 1926. A partir da década de 50 foram entregues à população novas Unidades de pesquisa e o atendimento passou a ser diferenciado por faixa etária, surgindo duas Divisões: a de Bibliotecas Infanto-Juvenis, tendo como principal a Biblioteca Monteiro Lobato e a de Bibliotecas Públicas, destinadas a leitores a partir dos 15 anos. Em 1975, com a criação da Secretaria Municipal de Cultura, elevou-se as Divisões de Bibliotecas à categoria de Departamentos, surgindo então o Departamento de Bibliotecas Públicas - BP e o Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis - BIJ. Em 1982 foi inaugurado o Centro Cultural São Paulo que mantém expressivos acervos da cidade e um conjunto de Bibliotecas. Em 2003 foram criados os Centros Educacionais Unificados - CEU com Bibliotecas que atendem o público escolar e comunidade em geral.

Em 2005, a partir da reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura – SMC, foi criado, pelo decreto nº 46.434 de 06/10/2005, o Sistema Municipal de Bibliotecas – SMB que engloba a Biblioteca Monteiro Lobato - BML, a Biblioteca Mário de Andrade - BMA, as bibliotecas do Centro Cultural São Paulo - CCSP, a biblioteca do Centro Cultural da Juventude - CCJ, a biblioteca do Arquivo Histórico Municipal - AHM, 52 bibliotecas públicas distribuídas em diversos bairros da cidade, 14 Pontos de Leitura, 12 Ônibus-Biblioteca (compreendendo 72 roteiros), 13 Bosques de Leitura, 2 Espaços de Leitura e 45 bibliotecas dos Centros Educacionais Unificados - CEU.

A Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas – CSMB agrupou os antigos departamentos de Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Infanto-Juvenis, gerenciando a BML, 52 Bibliotecas espalhadas pelos bairros da cidade, Ônibus-Biblioteca, Pontos de Leitura e Bosques da Leitura.

Após esta reestruturação, as bibliotecas deixaram de ter públicos específicos por faixa etária e passaram a atender o público em geral. A reunião dessas Unidades em um único sistema possibilitou a compatibilização de procedimentos, a racionalização dos serviços, o melhor aproveitamento dos recursos humanos e a readequação de espaço físico, estabelecendo uma linha de ação única e articulada. (SÃO PAULO, 2009)

Essa unificação permitiu adotar medidas técnicas únicas que até então eram diferenciadas e, aproveitando o momento, adequar o processamento técnico à utilização de tabelas e normas mais atualizadas.

2 A BUSCA POR UMA UNIFICAÇÃO

Os Departamentos de BP e BIJ foram criados em diferentes épocas, funcionando de forma independente, cada um com a sua Divisão de Processos Técnicos e dotação orçamentária.

Apesar da adoção dos padrões internacionais para o processamento técnico, os departamentos utilizavam tabelas distintas.

Em 2004 com a criação das Bibliotecas dos CEUs, ocorreu uma primeira tentativa de unificação do processamento técnico dos dois Departamentos. Esta primeira tentativa buscou

mesclar os padrões usados em BIJ e BP, porém o método utilizado não apresentou resultados efetivos, sendo descartado.

O novo SMB previu uma descentralização do tratamento da informação com a criação de vários núcleos de processamento técnico: Biblioteca Mario de Andrade, Biblioteca Monteiro Lobato e Centro Cultural São Paulo.

A partir de então, foi criado um grupo com bibliotecários de processamento técnico representantes da área de Tratamento da Informação e dos núcleos, que se reúnem bimensalmente para apresentar, discutir e aprovar medidas visando à melhoria, a uniformização e a qualidade da catalogação cooperativa.

Diante desse quadro, os bibliotecários do tratamento da informação decidiram pela unificação e padronização em relação ao uso de tabelas.

Essa unificação permitiu que a classificação cumprisse a sua função própria de reunir obras com o mesmo assunto sob a mesma classificação, mostrando ordenadamente todos os assuntos disponíveis no acervo e suas relações entre si, permitindo uma rápida e eficiente recuperação das informações.

Com a busca constante de atender as necessidades de usuários internos e externos, estas mudanças possibilitaram melhorar a organização das obras nas estantes e sua posterior recuperação.

2.1 Antes da unificação

A forma autônoma de atuação de BIJ e de BP, que contavam com recursos humanos e materiais distintos, promoveu uma distinção nas ações e padrões adotados.

Como citado anteriormente, os Departamentos utilizavam tabelas diferentes. O Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis utilizava a tabela Cutter Three Figure e a Tabela para Nomes Brasileiros, criada pela bibliotecária Ruth Verner. O Departamento de Bibliotecas Públicas utilizava a tabela Cutter Sanborn Three Figure. Vale destacar que estas tabelas são incompatíveis, não havendo a coincidência de notação entre as mesmas. Utilizavam também diferentes edições da Classificação Decimal de Dewey - CDD para a classificação, além de algumas adaptações particulares: I (para literatura infantil), F (para literatura juvenil), etc.

Segue lista comparativa:

- Classificação Decimal de Dewey – CDD
 - BP – 14^a a 21.ed. ;
 - BIJ – 20^a ed.
- Cutter
 - BP – Cutter Sanborn Three Figure;
 - BIJ – Cutter Sanborn e Tabela para Nomes Brasileiros, criada pela bibliotecária Ruth Verner.
- Library Congress Subject Headings – edições diferentes adotadas em BIJ e BP

A adoção de diferentes edições das tabelas gerou ao longo do tempo números de chamadas diferentes entre BIJ e BP, bem como a adoção de diferentes formas de entrada de cabeçalhos de assunto, provocando uma dispersão nos documentos na busca pelo usuário.

Outro fato a considerar foi a migração dos dados, ocorrida em 2003, do antigo software de gerenciamento, ainda em linguagem para computadores de grande porte, para um novo software já baseado na tecnologia de cliente-servidor. Esta migração apresentou falhas de 30 a 60% em relação aos dados do acervo já informatizado. Além da perda dos dados na migração, os que haviam migrado, em torno de 142.456 títulos, não apresentavam

consistência e os 1.357.802 exemplares não ofereciam condições de circulação automatizada. Para tanto, era necessário revisar cada título e acessar cada exemplar, o que é chamado de validação, para que fosse tombado e etiquetado com código de barras, além de inserir os demais que ainda não constavam do catálogo. (SPAKAUSKAS, SALGADO, 2009)

2.2 Após a unificação

Com a junção das Divisões de Processos Técnicos de BIJ e BP, houve a necessidade de uma avaliação dos procedimentos utilizados pelas duas divisões, tendo os integrantes das Seções de Classificação e Catalogação se reunido para estudar uma forma de uniformizar estes itens.

Após várias reuniões entre as equipes técnicas, a classificação foi padronizada pela última edição da CDD disponível na época, 21.ed., sem permitir a atualização dessa edição, a não ser pontual e excepcionalmente, uma vez que o acervo da rede é aberto ao público e a reclassificação traz prejuízos à localização das obras pelos usuários. Nessa padronização foi feita uma adaptação maior no acervo de BP, não só por possuir um grande número de obras classificadas por edições mais antigas, mas também porque se decidiu que as obras infantojuvenis não seguiriam uma classificação pela CDD, mas a notação simplificada utilizada no acervo de BIJ. Essa medida procurou racionalizar a padronização, uma vez que a maioria do acervo infantojuvenil pertencia a BIJ. Os cabeçalhos de assuntos, por sua vez, foram padronizados segundo a Library Congress Subject Headings (LCSH, 23.ed.).

Decidiu-se também simplificar o número de chamada, para facilitar sua montagem no processamento técnico descentralizado e sua leitura e interpretação por parte do usuário.

Entretanto esta decisão trouxe um impacto significativo na demanda de trabalho da Divisão, pois as mudanças acarretaram inúmeras correções na base de dados, como a atualização da classificação das obras para a 21.ed. da CDD e a correção da notação dos autores no número de chamada dos exemplares; além das correções necessárias decorrentes da migração do antigo sistema para o novo sistema de gerenciamento de bibliotecas.

Após a definição dos novos procedimentos concluídos em 2006, foi criada uma metodologia e desenvolvido um manual de procedimentos para a correção e atualização dos dados já existentes no banco de dados. Os resultados a serem alcançados visavam:

- Evitar a duplicação de dados no sistema;
- Facilitar a recuperação da informação na base de dados tanto para o usuário interno como externo;
- Otimizar recursos humanos e materiais;
- Padronizar e normalizar a base de dados através de padrões técnicos internacionais.

Para obtermos a consistência planejada foram realizadas as seguintes correções:

- Definição de entrada principal
- Definição da função de autoridades
- Acentuação
- Inclusão das notas e títulos secundários
- Definição de nível intelectual e gênero
- Inclusão das datas indefinidas e de copyright
- Inclusão de complemento do número de chamada

Paralelamente ocorreu a informatização dos acervos das Bibliotecas de CSMB,

permitindo a conversão retrospectiva, projeto este que durou de 2005 a 2011, resultando nas correções e atualizações dos dados do acervo catalogado no banco pertencente às Bibliotecas da CSMB.

3 NOVOS TEMPOS

O processo de descentralização e reformulação na forma de catalogar também ocorreu para os Núcleos de catalogação das BMA, BML, CCSP, Biblioteca do AHM e o núcleo de catalogadores das Bibliotecas dos CEUs. Para mantermos a unidade entre os núcleos, no processo de catalogação, foi criada a Comissão de Padronização do Tratamento da Informação de SMB que tem por metas a unificação e a padronização de procedimentos, uso de normas de catalogação e classificação e utilização do sistema informatizado de gerenciamento de Bibliotecas das unidades que compõem o Sistema Municipal de Bibliotecas.

Esta Comissão reúne-se bimensalmente e tem por atribuições:

- Uniformizar a utilização de:
 - Tabelas;
 - Normas e padrões técnicos para catalogação, classificação e indexação de assuntos;
- Padronizar:
 - Os procedimentos para a catalogação e indexação de assuntos;
- Tomar decisões e adotar de medidas quanto:
 - As modificações e atualização de procedimentos;
 - Uso de normas para a catalogação, classificação e indexação de assuntos.

3.1 A Catalogação

Após a avaliação dos procedimentos utilizados por BP e BIJ, a equipe passou por uma profunda reflexão sobre os conceitos de catalogação até então em prática e o impacto das mudanças ocorridas interna e externamente.

Acompanhando as transformações nas atividades de catalogação internacionais impulsionadas pelo advento das novas tecnologias a equipe de trabalho buscou adequar-se ao enfoque da representação do material bibliográfico que se desloca do item para o usuário, permitindo-lhe realizar as tarefas de encontrar, identificar, selecionar e obter a referência ou acesso ao material adequado aos seus propósitos (MEY, 2003)

A Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação define como princípios gerais a consistência e a padronização dos processos de descrição e construção de pontos de acesso, possibilitando e facilitando o compartilhamento de dados bibliográficos e de autoridade. Outro princípio fundamental é o da integração, onde as descrições para todos os tipos de materiais e formas controladas de nomes de entidades devem ser baseadas em um conjunto de regras comuns.

BIJ e BP utilizavam o mesmo código de catalogação, o Anglo-American Cataloguing Rules - AACR2 (Código Anglo-Americano de Catalogação). Porém, para a uniformização dos procedimentos e padronização na descrição e construção de pontos de acesso, um novo

Manual de procedimentos foi elaborado, procurando padronizar as lacunas existentes no Código de catalogação e nas necessidades específicas de catalogação para o Sistema Municipal de Bibliotecas.

O Manual de procedimentos de catalogação baseia-se no AACR2 edição revisada 2000. Segundo Guinchat e Menou muitos países constituíram comissões encarregadas de criar estas normas e regras. Contudo, o AACR2 foi o mais difundido, principalmente devido ao alcance da língua inglesa.

Como um recurso de descrição física e bibliográfica do item, a catalogação pode ser considerada “o principal método para organizar várias coleções e consiste da entrada de diversos itens responsáveis por caracterizar cada elemento da coleção”. (RODRIGUES et al., 2002)

3.2 A Classificação

O propósito de classificação em biblioteca é organizar o conhecimento contido em livros e outros recursos. O uso da classificação infere não somente para o arranjo do acervo em estantes, mas também para o arranjo de entradas de assuntos em catálogos, índices e bibliografias.

A classificação é definida como um sistema de ordenação lógica do conhecimento, e possui papel vital na história dos serviços de informação e bibliotecas. Em uma biblioteca, as obras ordenadas por temas têm a finalidade de facilitar sua recuperação pelos usuários e beneficiar o acesso e uso livre da biblioteca pelo público. (CHAN, et al., 2000)

Para Guinchat e Menou (1994) a classificação é uma operação da descrição de conteúdo de documentos, pela qual determina-se o assunto principal e, eventualmente, um ou dois assuntos secundários que são traduzidos para o termo mais apropriado da linguagem documental utilizada. Servem não apenas à organização de catálogos, mas também ao armazenamento dos documentos nas estantes. São recomendadas para bibliotecas de livre acesso.

Atualmente o SMB adota a 21. ed. da CDD para a classificação das obras gerais que compõem o acervo, e tabelas de classificação específicas adotadas internamente para os acervos de ficção infantojuvenis e quadrinhos. Isto pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela geral de classificações adotadas por CSMB

Acervo	Classificação	Tabela
Referência	r000 / r900	CDD
Referência infantil	ri000 / ri900	CDD
Acervo geral classificado	000 / 900	CDD
Acervo geral infantil classificado	i000 / i900	CDD
Literatura infantil	I	Literatura infantil – tabela interna
Literatura juvenil	F	Literatura juvenil – tabela interna
Livro-brinquedo	LB	Livro brinquedo – tabela interna
Histórias em quadrinhos	Q	Histórias em quadrinhos – tabela interna

Fonte: Seção de Controle de Vocabulário - CSMB

Tabela comparativa das classificações do acervo infantojuvenil

Acervo	Classificação antiga		Classificação após a unificação
	BIJ	BP	CSMB
Literatura infantil	I	028.5	I
Literatura juvenil	F	808.899282	F
Literatura infantojuvenil americana	F	813.099282	F
Literatura infantojuvenil argentina	F	ar863.099282	F
Literatura infantojuvenil brasileira	F	869.9099282	F
Literatura infantojuvenil espanhola	F	869.099282	F
Literatura infantojuvenil francesa	F	843.099282	F
Literatura infantojuvenil inglesa	F	823.099282	F
Literatura infantojuvenil italiana	F	853.099282	F
Literatura infantojuvenil portuguesa	F	869.099282	F
Literatura infantojuvenil russa	F	869.099282	F

Fonte: Seção de Controle de Vocabulário - CSMB

3.3 Os Cabeçalhos de Assuntos

A adoção de diferentes edições da Library of Congress Subject Headings (LCSH) para determinar o cabeçalho de assunto ocasionou diferenças na forma de entrada dos assuntos utilizados. Foi necessária a compatibilização entre BIJ e BP para uniformizar a entrada, tendo início em 1998.

A uniformização dos cabeçalhos de assuntos na base de dados é fundamental uma vez que está sendo disponibilizada na WEB permitindo visibilidade nacional e internacional.

Enquanto a classificação é determinante na localização da obra os cabeçalhos são importantes no processo de recuperação da informação.

“A representação documental, ou bibliográfica, visa duas ações básicas: a de individualizar registros do conhecimento, por meio de seus aspectos físicos, ou de suas manifestações e itens, e a de reunir registros do conhecimento, por meio de suas características de conteúdo, ou de suas expressões e obras. Cabe ao catalogador definir elementos essenciais que satisfaçam as necessidades de seu público para o cumprimento de tais ações.” (MEY, ZAFALON, 2009)

Assim, os cabeçalhos de assunto buscam possibilitar ao público localizar os assuntos de seu interesse, bem como suprir suas necessidades de informação. Os cabeçalhos de assunto têm por finalidade a representação documentária através de um vocabulário íntegro, aliando a especialidade das terminologias documentárias e a linguagem natural dos usuários. (CINTRA et al., 1994)

Vale ressaltar que as listas de cabeçalhos de assuntos possuem estrutura pré-coordenada, associando e combinando-se palavras ou expressões a fim de representar os assuntos ou conteúdos dos documentos bibliográficos. Possuem regras específicas de composição e formas de entrada, abrangendo diversas áreas do conhecimento. (BOCCATO, 2011)

A 23.ed. da LCSH, a versão adotada, vem sendo atualizada por esse outro grande instrumento de consulta, em tempos de internet e intercomunicação, que é o catálogo on-line de autoridades da Library of Congress.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após 6 anos de atualizações e correções, atualmente o banco de dados possui cerca de 330.000 títulos e 2.600.000 exemplares, sendo que aproximadamente 70% dos registros estão corrigidos e atualizados.

Muito há ainda a ser realizado, pois ainda existem acervos a serem revisados e atualizados em Unidades que ainda não sofreram o processo total de informatização e conversão retrospectiva.

Atualmente uma consistência de dados em relação a esses padrões é executada, procurando manter sua atualidade e qualidade. Os cabeçalhos de assunto são checados na versão online da Library Congress Subject Headings e as tabelas de autoridade estão sendo implantadas de acordo com o padrão MARC21 Authority.

O processo de descentralização também favoreceu uma maior comunicação e integração entre os integrantes da SMB, favorecendo a busca por melhorias e a troca de informações e conhecimentos. O enfoque no usuário tem motivado e sido a tônica principal de todas as decisões e mudanças geradas ao longo deste tempo, e este mesmo enfoque permite que estas mudanças devam ser contínuas e aperfeiçoadas a todo o momento.

O grande movimento internacional de reflexão que permeiam os conceitos teóricos, incluindo as FRBR - Requisitos Funcionais para Registros e o RDA – Recursos, Descrição e Acesso, vivificam o esforço de buscar sempre uma melhor interação com o usuário, possibilitando cada vez mais que o mesmo possa atingir ao princípio da navegabilidade promulgado pela Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação.

Os esforços são grandes e contínuos, apesar dos recursos escassos. Entretanto, é papel fundamental do bibliotecário promover o desenvolvimento de serviços e instrumentos inovadores que possam satisfazer as necessidades dos usuários, sejam elas latentes ou não.

5 Referências

BOCCATO, Vera Regina C. Linguagem documentária na representação e recuperação da informação pela perspectiva sociocognitiva em Ciência da Informação. In: BOCCATO, V.R.C.; GRACIOSO, L.S. (org.) **Estudos de linguagem em Ciência da Informação**. São Paulo : Alínea, 2011.

CHAN, Lois M. et. al. **Sistema de clasificación decimal Dewey** : guía práctica. Bogotá : Rojas Eberhard, 2000.

CINTRA, Anna Maria M. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo : Polis, Associação Paulista de Bibliotecários, 1994.

GUINCHAT, Claire.; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS.
Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação. Disponível em:
<http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2012.

MEY, Eliane S. A.; ZAFALON, Zaira R. Diversidade cultural aplicada ao código de catalogação: utopia ou necessidade? In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e Ciência da Informação, XXIII, 2009. **Anais.** Bonito, MS: [s.n.], 2009. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/handle/10760/15263>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

MEY, Eliane. S. A. **Introdução à catalogação.** Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

SÃO PAULO, SP. Decreto nº 46.434, de 06 de outubro de 2005. **Diário Oficial [da] Cidade de São Paulo.** São Paulo, 07 out. 2005. p.1-16.

_____. Secretaria Municipal de Cultura. **Proposta de política cultural, 2005-2008.** São Paulo : SMC, 2005.

_____. Secretaria Municipal de Cultura. **Relatório de gestão 2005-2008.** São Paulo : SMC, 2009.

SPAKAUSKAS, Teresinha C.; SALGADO, Denise S. Informatização e conversão retrospectiva do acervo bibliográfico das Bibliotecas de São Paulo. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e Ciência da Informação, XXIII, 2009. **Anais.** Bonito, MS: [s.n.], 2009. 1 CD.